Certidão	Validade	Custo
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula Resgate de PPR/E	1 Ano	2,50 €
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Benefícios Sociais (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Efeitos Militares (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Efeitos Fiscais (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Transportes Públicos (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Mobilidade Estudantil ao abrigo de Programas Nacionais e Comunitários (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Exercício de voto antecipado (isenta)	1 Ano	
Certidões permanentes <i>online</i> — de Matrícula — Sistemas de Saúde (ADSE e outros) (isenta)	1 Ano	

208380239

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Despacho n.º 1087/2015

Nos termos do artigo 15.º, n.º 1, alíneas *a)* e *b)* dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República* pelo Despacho n.º 25899/2009, de 25 de novembro, o Conselho Executivo é composto pelo Diretor, que preside, e por dois vogais designados pelo Diretor.

Em conformidade, mantenho como vogais para o Conselho Executivo dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto a Dra. Maria de Fátima Pereira Mateus da Silva, Diretora do Departamento Administrativo, Financeiro e Patrimonial e o Encarregado de refeitório Mário Jorge Ferreira Marques.

Este despacho produz efeitos até à data de 31 de outubro de 2014.

8 de setembro de 2014. — A Diretora, *Ana Cristina Jacinto da Silva*.
208373435

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Deliberação n.º 144/2015

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 25.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho de Gestão do Instituto Politécnico de Coimbra, em reunião de 8 de janeiro de 2015, deliberou delegar nos Conselhos Administrativos das Escolas e nas Comissões de Gestão dos Serviços da Presidência e do Instituto de Investigação Aplicada a competência para autorizar a realização de despesas e de pagamentos de vencimentos, a realização de despesas e de pagamentos que resultem de contratos a decorrer, de projetos financiados por entidades externas e que decorram de compromissos já assumidos através de contratos, de prestações de serviços ou de termos de aceitação, e que resultem de ajustes diretos simplificados até ao limite de 10 000 euros por mês, e ainda para a constituição de fundos de manuseio até ao limite do ano anterior, até à aprovação dos planos de atividades pelo Conselho Geral.

19.01.2015. — O Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, *Rui Jorge da Silva Antunes*.

208377194

Despacho n.º 1088/2015

Considerando a proposta apresentada pela Escola Superior Agrária de Coimbra, através do seu ofício I/SP/3118/2014, de 29 de outubro de 2014, visando a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Engenharia dos Recursos Florestais, aprovado pelo Despacho n.º 4348/2007, publicado no *DR* n.º 49, 2.ª série, de 09 de março e cujo plano de estudos foi publicado pelo Despacho n.º 8075/2007, de 02 de abril (*DR* n.º 87, 2.ª série, de 07 de maio de 2007) e alterado pelo Despacho n.º 15040/2011, de 06 de outubro (*DR* n.º 213, 2.ª série, de 07 de novembro de 2011) com efeito a partir do ano letivo de 2014-2015;

Considerando que a decisão obedeceu aos princípios regulamentares em vigor, tendo a proposta de extinção sido aprovada em reunião do Conselho Técnico-Científico da ESAC (Ata do CTC n.º 10 de 18 de setembro de 2014) e tendo obtido parecer favorável do Conselho Consultivo do IPC (Ata n.º 4 de 27 de novembro de 2014);

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como da alínea *b)* do artigo 22.º do Despacho Normativo n.º 59-A/2008, de 19 de novembro, autorizo a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Engenharia dos Recursos Florestais, determinando que a referida decisão seja comunicada à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e à Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).

02 de dezembro de 2014. — O Vice-Presidente, *Paulo Sanches*.

208379008

Despacho (extrato) n.º 1089/2015

Considerando a proposta apresentada pela Escola Superior Agrária de Coimbra, através do seu ofício I/SP/3118/2014, de 29 de outubro de 2014, visando a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Engenharia do Ambiente, aprovado pelo Despacho n.º 4348/2007, publicado no D.R. n.º 49, 2.ª série, de 09 de março e cujo plano de estudos foi publicado pelo Despacho n.º 7902/2007, de 02 de abril (D.R. n.º 84, 2.ª série, de 02 de maio de 2007) e alterado pelo Despacho n.º 15039/2011, de 06 de outubro (D.R. n.º 213, 2.ª série, de 07 de novembro de 2011) com efeito a partir do ano letivo de 2014-2015;

Considerando que a decisão obedeceu aos princípios regulamentares em vigor, tendo a proposta de extinção sido aprovada em reunião do Conselho Técnico-Científico da ESAC (Ata do CTC n.º 10 de 18 de setembro de 2014) e tendo obtido parecer favorável do Conselho Consultivo do IPC (Ata n.º 4 de 27 de novembro de 2014);

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como da alínea *b)* do artigo 22.º do Despacho Normativo n.º 59-A/2008, de 19 de novembro, autorizo a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Engenharia do Ambiente, determinando que a referida decisão seja comunicada à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e à Direção Geral do Ensino Superior (DGES).

02 de dezembro de 2014. — O Vice-Presidente, *Paulo Sanches*.

208378993

Despacho (extrato) n.º 1090/2015

Considerando a proposta apresentada pela Escola Superior de Educação de Coimbra, através do seu ofício I/SP/3118/2014, de 29 de outubro de 2014, visando a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação Matemática, aprovado pelo Despacho n.º 5247/2011, publicado no D.R. n.º 60, 2.ª série de 25 de março, com efeito a partir do ano letivo de 2014-2015;

Considerando que a decisão obedeceu aos princípios regulamentares em vigor, tendo a proposta de extinção sido aprovada em reunião do Conselho Técnico-Científico da ESEC (Ata do CTC de 05 de novembro de 2014) e tendo obtido parecer favorável do Conselho Consultivo do IPC (Ata n.º 4 de 27 de novembro de 2014);

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como da alínea *b)* do artigo 22.º do Despacho Normativo n.º 59-A/2008, de 19 de novembro, autorizo a extinção do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação Matemática, determinando que a referida decisão seja comunicada à Agência de Avaliação e Acre-